

Atualidade

econômica

Visão da semana: os frutos do ajustamento

O início da semana foi impregnado, no plano econômico, pelas repercussões da reunião de cúpula realizada em Londres. O clima geral da conferência não foi marcado propriamente por novidades, mas serviu para reiterar o empenho dos principais países em caminhar para um equacionamento adequado da crise de endividamento. O Brasil certamente pôde enxergar alguns pontos positivos, mormente na medida em que seu programa de ajustamento vem cumprindo com seriedade as etapas previstas. Resta ver se isso se traduzirá favoravelmente por ocasião da próxima rodada de negociações com os credores externos.

É inegável que a economia nacional está logrando sentir os primeiros sopros de recuperação, após três anos de terrível depressão. Claro está que este processo não se realiza de modo homogêneo. A indústria tem demonstrado crescimento em função da demanda de exportações e da reativação parcial do setor agrícola. No entanto, um setor vital para significar mais fôlego a médio e longo prazo, como o de bens de capital, ainda não conseguiu apresentar sinais de revitalização. A previsão divulgada pelo IBGE de que a indústria pode crescer 4,25% em 1984 é razoável, mesmo porque tal resultado não significará — caso alcançado efetivamente — nada senão início da recuperação. Há muito por fazer para fechar o hiato de 12,7% em relação a 1980, ou para ir além da posição atingida em 1978.

O ministro do Planejamento fez uma análise retrospectiva dos desafios encontrados para enfrentar as adversidades ao longo do presente governo. Todavia, nota-se que o rigor no ajustamento é fato recente. Até o ano passado, os desvios em relação às metas eram mais numerosos do que se podia admitir, e o País não deixou de pagar por isso alto custo social. Houve momentos em que o déficit público não foi bem administrado, o mesmo ocorrendo com a expansão da moeda. Ao que tudo indica, essa fase foi superada e o Brasil começa a recuperar a confiança de seus credores.

Neste contexto, o País beneficia-se, indiretamente, das dificuldades de seus semelhantes. A posição da Argentina frente ao FMI, procurando endurecer as regras do jogo, resalta os acertos que alcançamos internamente. Nas atuais circunstâncias, é possível afirmar a individualidade do caso brasileiro, além de necessário.

No plano interno, alguns fatos importantes marcaram a semana. Houve a fixação de limites ao retorno de capital estrangeiro investido, o que traz como consequência básica mudanças no processo de conversão de dívida externa em capital de risco. O sucesso dessa medida parece depender, em parte, do prazo durante o qual permanecerá em vigor e, por outro lado, da adoção de providências para estimular o que pode ser entendido como a capitalização das firmas multinacionais aqui operantes.

No plano fiscal, o governo decretou nova alteração na sistemática de cálculo do Imposto de Renda, cuja correção passará a ser trimestral. Num primeiro momento, chegou-se a supor que os assalariados haviam sido beneficiados. No entanto, as próprias autoridades encarregaram-se de reconhecer que, conquanto tenha sido aplicado um esquema que redundava em maior equidade, haverá certa penalização, já que a correção monetária trimestral não será acumulada, valendo apenas a média das ORTN. Assim, torna-se difícil avaliar antecipadamente a variação no tributo a ser recolhido, já que esta dependerá da ORTN de janeiro de 1985. Por um lado, o governo distribuiu melhor a carga fiscal, deixando de favorecer os que concentravam a maior parte de seus rendimentos no final do ano; por outro, entretanto, não legislou a fim de trazer um alívio substancial ao contribuinte.